



Ministro da Saúde recebe homenagem do CFF

- Presidente do Conselho Federal de Farmácia, Jaldo de Souza Santos, diz que homenagem é um reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelo Ministro Temporão à frente do SUS, maior sistema de saúde público do mundo.



O Ministro da Saúde, José Gomes Temporão (segundo da direita), mostra a homenagem que recebeu do Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos (à esquerda). Participaram do ato os demais diretores do CFF: Walter Jorge João, Vice-Presidente; Edson Taki, Diretor-Tesoureiro, e Lérida Vieira, Diretora-Secretária-Geral (da esquerda para a direita). A homenagem contou, ainda, com a presença do Presidente da Anvisa, Dirceu Raposo de Mello (à direita de Temporão)

O Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, foi homenageado com uma placa pelo Conselho Federal de Farmácia (CFF), no dia 27 de maio, em Gramado (RS), durante a realização do “XXVI Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde”, promovido pelo Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems). “A homenagem deve-se ao trabalho desenvolvido pelo Ministro à frente do Sistema Único de Saúde (SUS), justifica o Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos.

O dirigente do Conselho Federal acrescenta: “O SUS é maior sistema público de saúde do mundo, apresenta números impressionantes de atendimentos e serve de modelo para diversos países”.

Já o Vice-Presidente do CFF, Walter da Silva Jorge João, destaca que a homenagem é, também, uma forma de lembrar a importância do SUS para o País. “O Sistema Único de Saúde vem se aprimorando, a cada dia, e parte desse amadurecimento deve-se à atuação das diversas categorias profissionais, inclusive o farmacêutico, que fazem do Sistema uma das mais bem-sucedidas e reconhecidas políticas sociais do mundo”, declarou.

Câmara de Belém cria Dia Municipal do Farmacêutico



Os mais de 50 anos dedicados à profissão renderam ao Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, uma homenagem da Câmara Municipal de Belém. Na foto (centro), ele exibe o diploma que lhe foi concedido, tendo, à esquerda, o Vice-Presidente do CFF, Walter Jorge João, e, à direita, o Presidente do CRF-PA, Daniel Pinheiro Costa.

O Presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Jaldo de Souza Santos, foi homenageado, no dia primeiro de junho de 2010, em Belém (PA), pela Câmara do Município, pelos seus mais de 50 anos dedicados à profissão farmacêutica. A data, também, marca a comemoração, pela primeira vez, do Dia Municipal do Farmacêutico. A partir de então, anualmente, a data fará parte do calendário oficial da Prefeitura belenense.

De autoria do Vereador e pastor Raul Batista, o Projeto de Lei nº 008/2010, que cria o



O Ministro José Gomes Temporão, ao agradecer a homenagem do CFF, lembrou das atividades do SUS e destacou que são inúmeras as ações implementadas pelo Governo Federal voltadas à garantia da atenção integral à saúde dos brasileiros. “A adequada assistência farmacêutica à população é uma das áreas estratégicas do SUS”, salientou Temporão.

A placa concedida pelo CFF diz traz os seguintes termos:

“Dr. José Gomes Temporão,
Ministro da Saúde do Brasil,

Receba esta homenagem dos farmacêuticos brasileiros como reconhecimento à sua bravura, competência e liderança na condução da Pasta da Saúde e do maior sistema público de saúde do mundo, o SUS.

Conselho Federal de Farmácia.

Dia Municipal do Farmacêutico, em Belém, foi aprovado, por unanimidade, na Câmara Municipal. No dia 1º de junho, em sessão solene, realizada na Casa legislativa, além de Dr. Jaldo de Souza Santos, foram homenageados o Vice-Presidente do Conselho Federal de Farmácia e Conselheiro Federal pelo Estado do Pará, Walter da Silva Jorge João; o Presidente do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Pará (CRF/PA), Daniel Jackson Pinheiro Costa; e o Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Raposo de Melo.

“Pela primeira vez, no Brasil, teremos um Dia Municipal do Farmacêutico. E a cidade de Belém está de parabéns, por acolher a Farmácia e reconhecer que a boa saúde da população depende dos serviços do farmacêutico”, disse Souza Santos.

Dia do Medicamento Genérico

■ Câmara de Goiânia comemora data, homenageando o Presidente do CFF, por sua luta em favor da criação dos genéricos.



Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, recebe do Vereador Anselmo Pereira a homenagem concedida pela Câmara Municipal de Goiânia

Outra homenagem ao Presidente do Conselho Federal de Farmácia, Jaldo de Souza Santos, partiu da Câmara Municipal de Goiânia, por sua luta em favor da criação da política que instituiu os medicamentos genéricos, no Brasil. A homenagem foi feita, no dia 19 de maio de 2010, em sessão especial realizada, na Câmara.

A sessão, proposta pelo Vereador Anselmo Pereira, em comemoração ao Dia Nacional do Medicamento Genérico (20.05), também, homenageou Nara Luiza de Oliveira (Presidente da Sociedade Brasileira de Farmácia Comunitária/Goiás), e Heno Jácomo Perillo, Presidente da Halex Istar Indústria Farmacêutica, por terem “levantado” a bandeira dos genéricos, no Estado de Goiás. Foram homenageados, ainda, os laboratórios Teuto Brasileiro, Neoquímica e Vitapam.

Souza Santos agradeceu a homenagem e lembrou que estivera com o então Ministro da Saúde, José Serra, e o questionou sobre qual seria a melhor forma para reduzir o preço dos medicamentos. Serra explicou que já estava em votação a Lei dos Genéricos e que, em breve, o País teria medicamentos mais baratos.

Quando a Lei 9.787/99 foi publicada, o Presidente do CFF viajou por todo o País, pregando os benefícios dos medicamentos genéricos. “Incentivei o uso, informando que o resultado terapêutico não sofreria mudança alguma, e que toda a sociedade teria acesso a produtos com custos reduzidos, desde que os prescritores indicassem os medicamentos genéricos. Digo que a Lei dos Genéricos não é uma conquista do CFF ou do Ministério da Saúde e, sim, dos brasileiros”, afirmou Jaldo de Souza Santos, na Câmara Municipal de Goiânia.

Estiveram presentes à solenidade o Presidente da Indústria Química do Estado de Goiás (Iquego), Pedro Canedo; a Diretora da Central de Medicamentos de Alto Custo, Juarez Barbosa; Lília Cileide de Queiroz, Diretores do Conselho Regional de Farmácia de Goiás (CRF-GO), e farmacêuticos convidados.



Países questionam partilha do vírus H1N1

- Brasil, África do Sul, Índia e Rússia querem construção de um sistema que possibilite melhor acesso a vacinas, drogas e kits de diagnóstico.



Os Ministros da Saúde do IBAS (Brasil e África do Sul) e do BRIC (Brasil, Índia e Rússia) lançaram, em maio, durante a Assembleia Mundial de Saúde, realizada, em Genebra, uma declaração conjunta que aponta ineficiências no sistema atual da partilha e acesso aos benefícios de um vírus pandêmico. Segundo o texto, na resposta ao H1N1, a rede de coleta de informações do vírus integrou todos os países.

As vacinas, drogas antivirais e kits de diagnóstico resultantes dessa ação, no entanto, tiveram o acesso restrito, sendo os países em desenvolvimento os mais prejudicados. Os Países do IBAS e do BRIC pedem a construção de um sistema mais justo, orientado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

INCLUSÃO - Para os dois grupos, a atual pandemia de H1N1 despertou a necessidade de se construir

um sistema mais inclusivo. “O futuro quadro deve incluir não só facilidade de acesso às vacinas, drogas antivirais e kits de diagnóstico, mas também a expansão da capacidade dos países em desenvolvimento para produzi-los. Em particular, a transferência de tecnologia e participação nos resultados da investigação científica”, diz o texto.

A declaração aponta que é necessário eliminar as barreiras impostas pela propriedade intelectual, dando prioridade à resposta às necessidades de saúde pública relacionadas com as pandemias.

“Em 2009, nossos Países compartilharam vírus com celeridade, inspirados pelo compromisso de cooperar na luta contra um mal comum. Lamentavelmente, a rapidez e a solidariedade no compartilhamento de material biológico deram lugar à lentidão e insuficiência no acesso a benefícios”, disse o Ministro da Saúde do Brasil, José Gomes Temporão. “Este é um desequilíbrio estrutural que nós, membros da OMS, temos de equacionar”, concluiu.

O Ministro lembrou que, embora, o sistema atual seja falho, o Brasil tem feito esforço substancial para reduzir o impacto da pandemia. Um exemplo disso foi a campanha de vacinação, que atingiu metade da população brasileira. A conta dessa ação é superior a R\$ 1,3 bilhão.

Fonte: Ministério da Saúde (Agência Saúde – por Renato Strauss, da Agência Saúde)



Genéricos em discussão internacional

A Assembleia Mundial de Saúde viveu mais um dia de embate na defesa dos genéricos. Em defesa aplaudida por dezenas de países, a delegação brasileira destacou que está fora do mandato da Organização Mundial de Saúde interferir nas questões comerciais e que o organismo deve se ater exclusivamente a temas relacionados à falsificação de medicamentos, este, sim, um problema de saúde pública.

O Brasil, em conjunto com a União dos Países Sul-Americanos (Unasul) e apoiado por Países africanos e do sudeste asiático, quer reverter o processo iniciado na OMS, de misturar discussões de medicamentos “contrafeitos” (onde se questiona marca e patente) às de medicamentos falsos (produzidos sem obediência às regras sanitárias).

RISCO PARA GENÉRICOS - Se a discussão evoluir nos moldes atuais, os genéricos podem ter a sua circulação inibida, obrigando que sigam rotas alternativas, encarecendo o produto. Em 2009, cerca de 30 carregamentos



Promoção da saúde: um debate

- Evento organizado pelo Ministério da Saúde aborda ações para melhorar a qualidade de vida do brasileiro, com ênfase na promoção da saúde.



genéricos foram bloqueados, na Europa, quando estavam em trânsito de Países, como China e Índia, para outros em desenvolvimento – entre eles, o Brasil.

O tema, também, foi tratado pela declaração do IBAS (Brasil e África do Sul) e do BRIC (Brasil, Índia e Rússia). Os Ministros da Saúde desses países reafirmaram a importância da OMS como uma organização intergovernamental para assegurar medidas relacionadas à qualidade, segurança e eficácia dos medicamentos.

Segundo o texto, os medicamentos genéricos de qualidade a preços menores são essenciais para garantir o acesso de todos à saúde. Alerta-se contra as tentativas de desenvolver novas regras internacionais para a aplicação de direitos de propriedade intelectual fora das instâncias competentes da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Em maio de 2010, o Brasil e a Índia entram com um questionamento na OMC, para discutir a legalidade de apreensão de medicamentos genéricos, em portos da Europa. A alegação dos europeus é de que os produtos podem ser falsos por fraude à propriedade intelectual, mas as autoridades brasileiras entendem que há uma pressão comercial sobre a ação.

Fonte: Ministério da Saúde (Agência Saúde).

Cerca de 650 profissionais, entre gestores e coordenadores dos projetos que integram a Rede Nacional de Promoção da Saúde, participou, em Brasília, do II Seminário sobre a Política Nacional de Promoção da Saúde. Criada em 2008, a Rede é formada por 1,5 mil Municípios que recebem incentivos do Governo Federal para desenvolver ações de estímulo às práticas saudáveis e à melhoria da qualidade de vida da população.

“A Política Nacional de Promoção da Saúde é uma das prioridades da minha gestão. Inserimos a promoção da saúde no Pacto pela Vida e ela passou a ter *status* dentro da estrutura orçamentária, com recursos específicos, por meio do Programa de Trabalho de Promoção da Saúde”, disse o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão.

De 2005 a 2009, o Ministério da Saúde repassou cerca de R\$ 125 milhões para os Municípios que fazem parte dessa rede. Além disso, o órgão repassa, anualmente, para Estados e

Municípios mais R\$ 37 milhões, a serem utilizados em ações de promoção de hábitos alimentares saudáveis, prevenção e controle de distúrbios nutricionais e doenças associadas à alimentação.

DIRETRIZES - A Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), aprovada em 30 de março de 2006, traz diretrizes e aponta estratégias de organização das ações de promoção da saúde nos três níveis de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), para garantir a integralidade do cuidado.

A implementação ocorre, de forma descentralizada, contemplando, ao mesmo tempo, Estados e Municípios com recursos dirigidos às ações de promoção da saúde, tais como desenvolvimento sustentável, práticas corporais, atividade física e prevenção das violências e acidentes, assim como a promoção da cultura da paz. A rede nacional agrega as redes de “Núcleos de Prevenção de Violências e de Promoção da Saúde” e da “Promoção da Atividade Física”.



Fiocruz inaugura, em Brasília, escola para formar servidores da saúde

A Fiocruz inaugurou, no dia 7 de junho de 2010, a sua unidade, em Brasília. Com a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a cerimônia de inauguração do novo prédio, localizado no campus da UnB, dá início oficialmente às atividades da Escola de Governo em Saúde (EGS). Além das atividades de representação institucional que competem à unidade de Brasília, caberá à Escola formar e capacitar os servidores públicos federais da área da saúde e, também, de áreas correlatas, como planejamento, educação, meio ambiente, entre outras. Serão oferecidos, inicialmente, cursos nas modalidades mestrado e mestrado profissional, especialização, atualização e aperfeiçoamento.

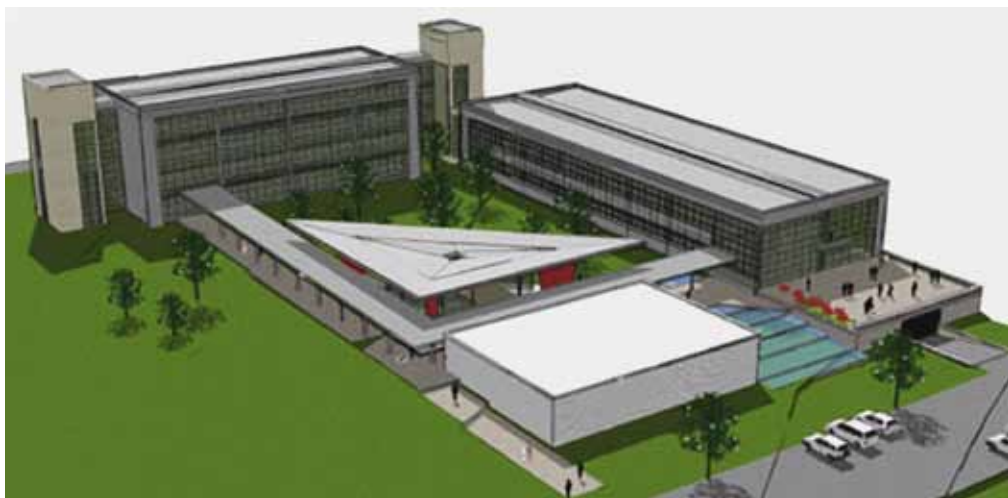
O prédio da Fiocruz Brasília ocupa uma área de 10 mil m², custou cerca de R\$ 20 milhões e consiste em quatro blocos distintos, que abrigam as áreas administrativas, de ensino, pesquisa, um auditório para 200 pessoas e um espaço para exposições. O terreno foi cedido à Fiocruz na gestão do então reitor da UnB, Senador Cristóvão Buarque.

A Escola de Governo em Saúde – uma proposta que integra o Programa Mais Saúde do Governo Federal – ainda, terá a missão de viabilizar parcerias nos campos da pesquisa e do ensino com instituições locais, como a própria UnB, maior parceira da Fiocruz, no Distrito Federal, e, também, com o Governo Distrital.

ESCOLA DE GOVERNO EM SAÚDE

- Sonho antigo, perseguido por sanitaristas, gestores e trabalhadores do SUS (Sistema Único de Saúde), a criação de uma Escola de Governo em Saúde (EGS), na Capital Federal, finalmente, se concretiza. E a Fiocruz é a condutora desse processo. Em um novo prédio, erguido no campus da Universidade de Brasília (UnB), a instituição abrigará as atividades dessa escola, além daquelas já desenvolvidas pela Fiocruz Brasília. A EGS tem capacidade de receber até 700 alunos, simultaneamente.

O Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, destacou os desafios que o Brasil enfrenta no campo da gestão, tendo em vista as dimensões do País e a complexidade do SUS. “Não é simples nosso desafio em termos de formação. E não estou falando somente em um desafio do Ministério da Saúde, mas de algo que compre-



Maquete da Escola de Governo em Saúde (EGS)

ende, também, os demais entes federados. Pretendemos formar uma massa crítica de profissionais capazes de entender a magnitude do desafio do SUS”, afirma o Ministro.

Ele ressaltou que a formação que se deve priorizar não pode se limitar ao aspecto biológico da saúde, lembrando que políticas urbanas, de alimentação e nutrição, saneamento e educação, tem fortíssimas correlações com a saúde. “E a Escola de Governo de Brasília terá um papel muito especial, ao engajar os profissionais, nesse campo, baseados nos princípios da interdisciplinaridade e da multissetorialidade”, argumenta Temporão.

Para o Ministro, a EGS pode propiciar uma visão mais ampliada e avançar, ainda mais, os avanços obtidos pelo SUS, dentre os quais ele destaca a redução da mortalidade infantil, de 47,1 para 19,3 nascidos vivos (entre 1990 e 2009).

OBJETIVO - O objetivo da Escola é formar servidores e gestores federais não só da área de saúde, mas também de outras áreas do Governo que tem influência direta sobre ela, como Planejamento, Educação, Meio Ambiente, Desenvolvimento Social e, também, profissionais de órgãos de controle, como Controladoria Geral da União (CGU), Tribunal de Contas da União (TCU) e agências reguladoras.

A Fiocruz a concebeu como uma escola que trate a saúde de forma transversal, pois quando se pensa a saúde sob o foco

dos seus determinantes sociais, pensa-se que ela está ramificada em diversas áreas de atuação governamental.

Por ser um programa, a EGS será gerida por dois colegiados: um interno, formado por membros da própria Fiocruz, que será responsável pela definição das diretrizes pedagógicas da escola – essa composição ainda está em discussão no Conselho Deliberativo da Fiocruz –; e outro externo, de caráter consultivo, formado por representantes da Fiocruz, da UnB, Ministério da Saúde, Escola Nacional de Administração Pública (Enap), entre outras instituições.

A instalação da Escola de Governo em Saúde na capital, também, deverá ampliar as parcerias com instituições de ensino e pesquisa locais. A UnB é uma delas. Para a Universidade, a EGS intensificará a parceria na área de ensino – que já existe, mas de forma pontual –, abrindo as portas para novos projetos de cooperação. “O prédio da Fiocruz no campus da universidade não será só uma edificação, representará o estreitamento da cooperação entre as duas instituições, principalmente, na área de saúde coletiva”, explica Denise Bomtempo Birche de Carvalho, decana de Pesquisa e Pós-Graduação da UnB. De acordo com ela, muitos pesquisadores da Universidade já tem procurado o Decanato, em busca de informações sobre cooperação com a Fiocruz.

Fonte: Ministério da Saúde (Assessoria de Comunicação).